

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Mundos do trabalho: pensamento político-social heterodoxo (GEPENSAH)

FICHA DE LEITURA

Elaboração: Filipe Hahn Barbosa de Souza

Data: janeiro de 2021

DADOS DA OBRA

Referência: TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Editora Unesp, 2º edição revista, 2007, 151 p.

FICHA BIBLIOGRÁFICA

Livro publicado originalmente em 1988. O livro parte da formação do Império Russo, depois expõe a sociedade Russa pré-revolucionária de final do século XIX e início do século XX para, na sequência, apresentar o processo revolucionário da Revolução de 1905 até a tomada do poder em 1917, seus desdobramentos e conclusão.

1 A RÚSSIA IMPERIAL. AS FORMAS DE COLONIZAÇÃO INTERIOR

Durante os dez últimos séculos da expansão russa no interior do país, assistiu-se a uma posição entre os aspectos obrigatórios e voluntários da colonização, uma vez que as autoridades às vezes refreavam e às vezes empurravam adiante o movimento colonizador. No período que antecede o século XX, é muito difícil definir se foi a coação dos príncipes e a dinâmica dos comerciantes-aventureros que constituíram o principal elemento ativo da colonização interior, ou se, pelo contrário, ela foi causada pela cooperação voluntária de homens livres. (p.9).

O AVANÇO PARA O INTERIOR – SENTIDO ORIENTAL

Entre o czarismo de um lado e a servidão no trabalho de outro, restava ao camponês o recurso à fuga. O camponês fugia tanto do domínio da autoridade religiosa ortodoxa quanto do domínio da autoridade secular. No século XVII produz-se uma cisão na igreja ortodoxa, multiplicando-se o número de sectários perseguidos e o de fugas para fronteira. Definidos pelas autoridades como *vagabundos*, sujeitos a serem caçados pelas autoridades e integrados no serviço militar, muitos deles converteram-se em bandidos ou rebeldes, pouco contribuindo para o processo de colonização interna, ao passo que outros se tornaram colonizadores de fronteira, contribuindo para o permanente avanço russo. (p.10).

OS COSSACOS

O cossaco, originalmente, era um “vagabundo” procedente de Moscou ou da Ucrânia polaca, um explorador da estepe, caçador, pescador e pastor. Às vezes convertia-se em dono de um *rancho* ou se colocava a serviço de alguém como explorador. Os cossacos constituíam um grupo amante da liberdade, praticamente ingovernável, desempenhando um papel anárquico durante o período conhecido como Período das Perturbações (1603-13). Em 1600, contrariamente ao ocorrido em 1900, os cossacos representavam os anseios de revolução social, optando pelos camponeses e explorados. (p. 11). [...] A partir do século XVIII, os cossacos, além de agentes colonizadores, são aproveitados pelo Estado em sua polícia interna. Até fins desse século, a casta dos oficiais cossacos converte-se num grupo de grandes latifundiários, admitidos no estamento da nobreza e oficialmente reconhecidos pelo poder central de Moscou, com direito a possuir servos. Até 1914, os cossacos do Don punham a serviço do Estado uma força militar que consistia na mobilização de 150 mil soldados da cavalaria, formando uma classe oposta à grande massa, recém-chegada, de ex-servos, agricultores independentes, mineiros e diaristas. (p. 12-13).

O ESTADO TZARISTA

O Estado Czarista possuía na sua origem elementos culturais tártaros e bizantinos. Formou-se sob Ivan o Grande, Basílio III e Ivan o Terrível, entre 1462 e 1584, paralelamente à concentração de poder vinculada à formação das monarquias centralizadas ocidentais. O termo *czar* é uma corruptela do termo latino *caesar*; era o título que os russos atribuíam ao imperador de Bizâncio e depois ao *khan* (“chefe”) da Horda Dourada. Ivan o Terrível foi o primeiro soberano russo a se coroar czar. (p. 15) [...] Os viajantes europeus que conheceram a Moscou do século XVI atestavam que o país era governado tão autocraticamente como o faria um déspota asiático ou um sultão turco. (p. 17).

ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO CZARISMO

As principais características do czarismo podem ser definidas como:

- 1- A sacrossanta encarnação da autoridade no czar nunca fora limitada explicitamente por mecanismos legais ou institucionais, mas pelos costumes e dependência da classe latifundiária e pelo setor militar.
- 2- *O serviço obrigatório ao Estado*, inicialmente aplicado à classe dos latifundiários, estendeu-se a todos os súditos, especialmente durante o século XVIII.
- 3- A terra russa era considerada propriedade do czar.
- 4- Vinculava-se a ideia de *serviço* à amplitude ilimitada de ação do Estado, especialmente como *criador* de todas as associações abrangidas por ele, excluindo-se a igreja.
- 5- A falta de diferenciação entre as atribuições legislativas, judiciais e administrativas e o desenvolvimento de uma burocracia centralizada correspondia à amplitude de ação do Estado e à extensão do Império.
- 6- A intensificação do uso da força e da ação arbitrária da política no âmbito governamental tornara o exército elemento fundamental na política do czar.

A COMUNA

O desenvolvimento da comuna, ou *mir*, adquire importância nacional após a emancipação dos servos em 1861. Os escritores eslavófilos ou populistas viam nela uma instituição originalmente russa, nascida do povo e capaz de superar os males trazidos pela economia individualista e competitiva. Viam na comuna um meio de chegar ao socialismo agrário sem passar por um período de desenvolvimento capitalista. Na época da emancipação, a maioria do capitalismo russo estava agrupada em comunas de tamanho variável, compostas às vezes de uma aldeia ou de partes de uma aldeia extensa, às vezes de grupos de habitações esparramadas por uma região. Os membros da comuna possuíam direito hereditário de integrá-la, trabalhavam a terra na forma de mão-de-obra familiar e distribuíam as parcelas de terra que lhes cabiam conforme a capacidade de trabalho de cada um e o número de bocas por família. Pastos, bosques e prados eram de utilização comum, assim como a venda de terras sem uso ou de compra de novas terras para o cultivo eram decididas comunitariamente. A respeito da origem e do desenvolvimento da comuna, os historiadores se dividem: uma escola sustenta que a comuna com redistribuição periódica da terra foi uma característica permanente através da história russa, em contraste com a Europa, onde a comuna surgira como criação espontânea, popular e cooperativa que nada devia à ação do Estado; outra escola adotava o ponto de vista de que a comuna do século XIX era resultado da política financeira e administrativa do Estado desde os fins do século XVI, vinculada às consequências da expansão da servidão (p. 39). [...] É evidente que a comuna agrícola não fora simples produto da ação administrativa, embora o Estado e a expansão da servidão a partir do século XVI influíssem muito em seu desenvolvimento. Está firmemente estabelecido na historiografia russa que, tanto no período mongol como na

Rússia de Kiev, uma das características marcantes da sociedade camponesa era o predomínio dos ajustamentos coletivos por comunidades para regular a utilização dos terrenos de pastagem ou de pesca. Essas comunas agrícolas provavelmente eram muito diferentes das estruturas em aldeias nucleadas e na redistribuição periódica das parcelas de terra. Somente após o século XVIII, a redistribuição periódica da terra constituirá o núcleo da comuna agrícola, em razão da pressão populacional exigindo mais terra, da conversão cada vez mais crescente dos camponeses em servos e do aumento dos impostos estatais diretos. A comuna agrícola, nessas três formas distintas, a partir do século XVI, desenvolveu-se nas diversas partes do imenso território russo. Gradualmente passou a sofrer crescente influência do Estado no que se refere a impostos e obrigações em relação aos latifundiários donos dos servos. Persistiu através do tempo o profundo sentimento oriundo da prática e do direito costumeiro, em torno do trabalho aplicado na terra e do direito a trabalhar a terra como um direito natural (p. 40-41). Os funcionários do Estado em cada distrito avaliavam o montante de impostos a pagar pela quantidade de terra lavrada; a atribuição a cada grupo da parte a pagar continuou sendo feita pelos camponeses mais velhos eleitos pela comuna, sem nenhuma intervenção direta do governo. A cobrança dos impostos estava a carga de camponeses eleitos, porém diretamente controlados pelos funcionários não fossem responsáveis pelos impostos de seus servos, eles e seus mordomos estavam diretamente interessados na cobrança e exata repartição do imposto dos servos. A comuna era coletivamente responsável pela cobrança dos impostos diretos. Durante os séculos XVII e XVIII, isso resultará na fusão da comuna entidade administrativa fiscal e como grupo econômico agrícola. A burocracia moscovita dos séculos XVI e XVII teve as maiores dificuldades para estabelecer uma unidade conveniente para avaliação do imposto territorial. As unidades variaram em diferentes épocas e conforme a região. (p.41).

2 A SOCIEDADE RUSSA PRÉ-REVOLUCIONÁRIA

A Revolução Russa é o acontecimento mais importante do século XX, representando para este tanto quanto a Revolução Francesa para o século XVIII. (p. 61) As numerosas guerras dos séculos XVII e XVIII ampliaram de tal forma as fronteiras do Império, que a Rússia se tornou o maior país do mundo em extensão territorial. A população russa passara de 14 a 170 milhões de pessoas, a ponto de, em 1917, ocupar o terceiro lugar mundial, atrás da China e da Índia. A localização do Império russo tinha grande importância cultural, em virtude de possuir fronteiras com a Europa e a Ásia, numa área que se inicia no Bósforo. Durante os séculos passados, as culturas bizantina e, em grau menor, a mongol e a otomana exerceram influência na cultura moscovita. Nesse sentido, pode-se considerar que tanto a Rússia quanto Bizâncio tinham suas raízes culturais plantadas na Ásia e na Europa. Num período que o imperialismo europeu atingia o mundo inteiro, a Rússia sofria o impacto dos problemas tanto dos países com os quais tinha fronteira, como dos que estavam mais distantes. A Rússia unia imensa extensão territorial a imensa pobreza econômica da maioria da população. Esse território não garantia à Rússia uma agricultura produtiva, pois só pequena parte dele era apropriada para a agricultura. E muitas dessas terras possuíam um clima inóspito e terras empobrecidas por técnicas agrícolas antiquadas. Antes de 1914 a Rússia já tinha desenvolvido a exploração do petróleo e algumas formas de exploração de minérios. Diante de uma sociedade civil tão fraca, durante séculos XVIII e XIX, o czar e o aparelho estatal tiveram papel tão importante na Rússia a ponto de Trotsky, na sua *História da Revolução Russa*, referir-se a essa autonomia relativa do Estado perante a sociedade civil como “herança asiática” ou “despotismo oriental”. O Estado russo regulava inúmeros aspectos da atividade humana. O governo era formalmente uma autocracia, no sentido de que a atividade política estava concentrada na figura de um autocrata, rei ou príncipe.” (p. 62) [...] A Europa acompanhava o desenvolvimento do

capitalismo, modernizando-se: eleições ao Parlamento, partidos políticos, concentrações urbano-industriais e a constituição de um funcionalismo burocrático relativamente qualificado, somados ao desenvolvimento do ensino leigo pela ação do Estado e ao direito de cidadania de que desfrutava a classe trabalhadora em formação. E a Rússia? A classe dominante russa procurou adaptar-se defensivamente a uma Europa em transformação com as reformas de Pedro o Grande, que racionalizou a estrutura civil e militar do governo, reforçando o seu controle sobre os nobres e burgueses e o dos latifundiários sobre o campesinato. O desenvolvimento do capitalismo europeu levou a Rússia, sob Alexandre I e Nicolau I, a elaborar muitos planos reformistas. Essas reformas modernizantes impuseram-se após a derrota da Rússia na Guerra da Criméia, que mostra a incapacidade do exército russo de fazer frente a um exército moderno. A emancipação dos servos em 1861 marcará a data do início do processo reformista. As iniciativas de modernização na Rússia continuarão nas tentativas de reforma agrária de Stolipin – ministro de Kerenski – e com o Conde Witte que, por meio dos investimentos alemães e franceses, pretendia promover a *industrialização por cima*, como o fizera a dinastia Meiji no Japão, a Prússia na Alemanha e a classe dominante italiana após os *Risorgimento* com Mazzini. Entre 1861 e 1917, a autocracia russa implantou uma série de reformas similares às realizadas na França pelas revoluções de 1789 e 1848. Mas com uma diferença fundamental: enquanto as reformas russas vinham de *cima*, da autocracia dominante, as francesas vinham de *baixo*, através de revoluções populares. Isso explica a persistência da tradição democrático-social na França e o fato de a Rússia ter vivido o liberalismo democrático e a subida ao poder de Lenin, sendo Kerenski o personagem principal desse período” (p.66-67). [...] Toda a política do ministro Witte (1892-1903), chamado o “pai da indústria russa”, consistia em estruturar bases financeiras sólidas que, à falta de capitais russos, propiciassem confiança ao capital estrangeiro, cujo afluxo acelera-se entre 1893-95. Só após a liberação do campesinato da servidão é que o mercado de trabalho iria contar com mão-de-obra “livre”, que despertaria regiões como a Ucrânia para vida industrial após 1880. As novas indústrias, frutos de investimentos estrangeiro, fabricam equipamentos para o sistema ferroviário, utilizam combustível mineral e estão equipadas com material mais moderno (*made in USA*) O grande arranco industrial da Rússia no período pré-revolucionário se dará nas últimas décadas do século XIX. Isto é, trinta anos depois a emancipação dos servos. É um período em que o Estado assume para si tal função de construir a infraestrutura da industrialização mediante a implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário. O desenvolvimento ferroviário permitiu ao governo manter a procura de produtos industriais. O Estado estimulou o processo aplicando recursos de que dispunha, colocando a política tributária a serviço da industrialização. O Estado dedicou-se especialmente a desenvolver a produção de ferro e aço e as indústrias mecânicas. (p. 69) [...] A mecanização da indústria têxtil liquidou o artesanato e o trabalho a domicílio, concentrando a mão-de-obra têxtil em unidades fabris – o número de trabalhadores a domicílio no ramo têxtil regride de 66.200 para 50 mil, enquanto o número de operários na área das profissões mecânicas cresce de 94.600 para 162.700. Instalam-se grandes manufaturas fornecedoras do Estado. A navegação reduziu o número de estaleiros de construção naval que existiam ao longo do rio Volga e 20 mil km de vias férreas foram construídos entre 1860 – 70. Em 1855, a ligação ferroviária Moscou – São Petersburgo (ex-Leningrado) permitiu a instalação das tecelagens de Krengholm, que empregavam mais de 12 mil operários, constituindo um dos maiores centros da indústria algodoeira russa. (p. 70) [...]. A revolução industrial na Rússia enriqueceu uma minoria no meio rural, abalou a estratificação social tradicional pré-capitalista, fazendo crescer a burguesia industrial e a classe dos mercadores e dando origem a um proletário. Impulsionou o povo à ação social e política. O Estado russo autocrático e tradicionalista, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, por pressão popular,

enveredará pelo caminho do constitucionalismo ocidental. Entre a burguesia russa, os novos industriais do algodão representam a nata da nova classe; seus filhos formam-se em universidade, viajam ao Exterior, conhecem o francês (língua da cultura) e o alemão (língua comercial) e estagiam em fábricas suíças ou inglesas. Enquanto isso, aumenta o número de proletários: de 1.189.000, em 1879, passaram a 2.208.000, em 1903. Não são números precisos, pois mesmo no início da Revolução Russa ainda havia o fenômeno dos operários nômades, trabalhadores temporários, fortemente vinculados às suas origens rurais. Em 1914, a Rússia, para uma população total de 175 milhões de habitantes, possuía aproximadamente 3 milhões de operários. A população assalariada que trabalhava nas fábricas, em domicílio ou como artífices, e os trabalhadores de construção, atingiam um total de 7.600.000, ao passo que os trabalhadores no setor dos transportes chegavam a 1.315.000, os operários agrícolas 4.5000.000, e diversas categorias de assalariados – na qualidade de empregados do comércio e de hotéis, serventes e temporários – a 4.065.000 pessoas. Esse proletário é composto em sua maioria por imigrantes das aldeias que já não tinham terras para serem cultivadas. Muitos camponeses praticam o artesanato, separando-se assim do meio rural. Criavam-se verdadeiras “Manchester” russas: na cidade de Ivanovo Voznesensk, que tinha 100 mil habitantes em 1906, os operários constituíam um quarto da população. Em 1855, em Moscou, 55% dos operários eram filhos de proletários, o que mostra a rapidez com que o capital garantia a reprodução da força de trabalho operária. (p. 71-72)

POPULISTAS E MARXISTAS E O PROBLEMA AGRÁRIO

As diferentes formações socioeconômicas devem se desenvolver seguindo as mesmas etapas? Há uma forma de evolução econômico-social à qual qualquer sociedade deve necessariamente se adaptar, não podendo ela saltar etapas? É o proletariado a classe destinada a ser dirigente de uma revolução socialista, ou ela pode ser conduzida por outras classes sociais, como o campesinato, por exemplo? De fins do século XIX até a Revolução Russa, essa temática será o centro de uma polêmica entre populistas e marxistas, ou seja, os membros do Partido Socialista Revolucionário e os do Partido Bolchevique. Era possível a *obchtchina* (comunidade camponesa) transformar-se numa unidade do futuro socialismo camponês sem que o país inteiro tivesse que passar pela fase capitalista?(...) O primeiro intelectual russo a definir a *obchtchina* (comunidade rural) como unidade de produção socialista, e o camponês russo como socialista nato, capaz de criar com suas próprias forças o socialismo na Rússia, foi *Alexandre Herzen*, o primeiro a lançar a palavra de ordem “Terra e Liberdade”. Com seu jornal *Kolokol* (Sino), editado em Londres, influenciou a intelectualidade russa na luta para que os camponeses possuíssem a terra em comum. Quando numa *obchtchina* houver mão-de-obra em demasia, em desacordo com as necessidades do grupo, ela deve ter acesso a uma parte das terras disponíveis e utilizáveis. (p. 74-75) [...] O frágil desenvolvimento do capitalismo russo e a extensão da luta de classes no campo colocam a revolução socialista na ordem do dia; seu elemento básico será sempre o camponês, que abrirá caminho para que a Rússia tivesse um desenvolvimento *específico*, diferente da Europa industrial. Herzen não prevê a possibilidade de expropriação dos grandes latifundiários e chega a escrever uma carta ao imperador Alexandre II, em que expressa certa confiabilidade na sua ação em favor da emancipação do campesinato. No fim de sua vida, vincula-se diretamente à II Internacional, não diminuindo o peso revolucionário que o proletariado possa ter numa revolução socialista e antecipa Trotsky, quando define que o mujique (camponês) será no futuro o homem da Rússia, assim como o operário na França; finalmente, propõe a união destes na revolução que está em processo. O intelectual N. Tchernitchevski assume posições mais definidas. Para ele, a propriedade privada da terra está no seu ocaso; propõe uma forma de propriedade que ultrapassa tanto a *obchtchina* tradicional quanto a forma de propriedade da sociedade

capitalista – uma forma de propriedade do Estado, na qual os membros da *obchtchina* tenham a posse, no intuito de que a terra não seja propriedade privada de uma minoria, mas passe a ser propriedade do país, e cada comunidade possua seu lote de terra. Também defende um tipo de desenvolvimento industrial radicalmente diferente do europeu, com a formação de *associações* provinciais que reúnam as grandes unidades agrícolas e as pequenas unidades industriais. Ao contrário da história oficial difundida pelos bolcheviques, os populistas jamais negaram que o capitalismo estivesse em embrião na Rússia. Tchernitchevski escrevera muito a respeito dos perigos que corria a *obchtchina* com a introdução do capitalismo, e o populista Danielson se preocupava em estudar as formas de acumulação capitalista na Rússia, salientando seu caráter *específico*. (p. 76)

Apesar de Lenin tentar mostrar o contrário na obra *Desenvolvimento capitalista na Rússia*, os populistas *jamais* idealizaram a comuna rural, pois conheciam suas limitações e os obstáculos à sua implementação e difusão. A valorização da comuna rural pelos populistas não se deve a nenhum “misticismo camponês”. Os escritos de Danielson a respeito da comuna rural rassa são idênticos aos de Marx. É importante ter em conta que a primeira tradução do Livro I de *O Capital*, de Marx, foi obra dos populistas Lopatin e Danielson. Longe de negar a obra de Marx, Danielson funda nela sua análise do capitalismo na Rússia. (...) Afirmando a viabilidade de uma economia capitalista, acentuando a especificidade da formação social da Rússia e reconhecendo as aspirações revolucionárias das classes exploradas, as teses do populismo sintetizam a realidade russa da época. Plekhanov e Lenin – em nome de Marx e da “necessidade” do desenvolvimento das forças produtivas – rejeitam essas teses e centram sua crítica no conceito de economia da fase capitalista, criticando-o como utopia anarquista. Afirmando, em troca, um esquema rígido de desenvolvimento aplicado a qualquer formação econômico-social, que passa obrigatoriamente por cinco fases: comuna primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo. Essas fases encontramos em Engels, na sua *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, e em Marx, no seu prefácio à *Contribuição à crítica da Economia Política*, de 1859, em que estabelece em linhas gerais as noções de modo de produção asiático, antigo, feudal e burguês. Marx reduz “às suas grandes linhas” os modos de produção *sem* estabelecer sucessão obrigatória – o modo de produção asiático não antecede o modo de produção antigo. Marx especialmente nos últimos quinze anos de sua vida, rompe resolutamente com qualquer teoria evolucionista dos modos de produção, criticando o “economismo” de muitos de seus adeptos e o populista Mikhailovski, que lhe atribui a teoria segundo a qual a passagem pelo modo de produção capitalista seria inevitável em todos os países. [...] Assim, em fevereiro de 1870, numa carta a Kulgeman, Marx aponta a comuna rural russa como longe de ser a causa da miséria do campesinato, a única estrutura capaz de diminuí-la. Em 1877, na sua correspondência com o populista Mikhailovski, enuncia que a persistência da *obchtchina* era a maior chance que a história oferecera a um povo. (p. 77-78)

A REVOLUÇÃO DE 1905 E OS PARTIDOS POLÍTICOS

É impossível entendermos a Revolução de 1917 sem passarmos em revista o que foi chamado seu *ensaio* geral: a Revolução de 1905 e formação dos novos partidos políticos. Em fins de 1904 havia onze *Seções Operárias* distribuídas em diversos bairros de Moscou, contando com milhares de sócios. Tais seções eram obras do padre Gapon. [...] A política czarista na época era de incrementar o ingresso de trabalhadores nas seções dirigidas por Gapon e desestimulá-los a levantar reivindicações além das econômicas imediatas. Em dezembro de 1904, os trabalhadores da usina Putilov, de São Petersburgo, decidiram elaborar um boletim de reivindicações na linha preparada por Gapon. Tais reivindicações foram rejeitadas pela empresa e seus assinantes demitidos.

Em consequência, trabalhadores de outras seções vinculadas ao padre Gapon solidarizaram-se com os demitidos, surgindo a ideia de elaborar uma petição ao czar em nome dos trabalhadores urbanos e rurais da Rússia, que seriam entregues no Palácio de Inverno acompanhada de uma manifestação pública. Em janeiro de 1905, o documento estava redigido por Gapon, a pedido dos trabalhadores das várias seções. [...] A 9 de janeiro de 1905, milhares de operários dirigiram-se ao Palácio de Inverno. Os manifestantes foram metralhados à queima-roupa por milhares de soldados. Durante a noite, trens repletos de cadáveres conduziam-nos aos bosques, para enterrá-los em valas comuns abertas às pressas. (p. 81). [...] A 10 de janeiro e fevereiro, realiza-se uma greve geral, e em São Petersburgo, entre janeiro e fevereiro de 1905, cria-se o primeiro soviete, de delegados operários. Esse soviete era resultado de um movimento unificado de auxílio mútuo entre os trabalhadores, criado para enfrentar o período de duração da greve geral. Como se manter unidos sem se sentirem obrigados a pertencer a qualquer dos partidos existentes? A solução foi a criação do soviete, que asseguraria uma ação social contínua e permanente. Reunia-se periodicamente, editando um jornal de informações sindicais. Criam-se sovietes em todas as partes do país. [...] Os liberais, tímidos até então, passam a redigir seus jornais diários, fundam uniões profissionais e organizam o Partido Constitucional Democrata (Cadete). No campo, criou-se a *União Camponesa*, de tendência socialista. Houve revoltas no exército e na marinha – nesta, celebrou-se a rebelião do encouraçado Potemkin. (p. 82) Em outubro, a Rússia era palco de uma greve geral nacional, organizada por sovietes, uniões operárias e comitês de fábrica. Em resposta o governo prometeu a convocação de uma Duma (Parlamento). Com isso, pretendia inspirar confiança nos investidores internacionais, fazendo-os crer que dominava a situação, e, no plano interno, arrefecer o ânimo revolucionário das massas. [...] Em fins 1905 o capitalismo francês socorre e salva o regime czarista. A censura ressurgiu, ocorrendo prisões em massa de opositores e supressão dos sovietes. A reação se deu em dezembro de 1905, com uma insurreição armada dos operários de Moscou, esmagada pelo exército. O governo manteve a Duma, mas com caráter consultivo e subordinada a ele. Ao lado da prisão de militantes dos partidos esquerdistas, o governo permitia, dentro de certos limites, a propaganda eleitoral dos diversos partidos políticos. Criou-se a *União do Povo Russo*, partido monárquico, antissemita, que pregava até mesmo a dissolução da Duma. Havia os *Outubristas* – nome derivado do manifesto do czar introduzindo um prefácio à Constituição, publica a 17 de outubro de 1905 – que logo depois mudaria o nome para *Partido do Liberal Republicano*. Representava a alta burguesia e não tinha importância numérica. *Partido Radical Democrata* – formado por antigos líderes progressistas da Duma, editava o diário *A Pátria*. *Partido Constitucional Democrata* (K.D.= Cadete, também conhecido como *Partido da Liberdade do Povo*) – fundado a 21 de outubro de 1905, defendia a ideia de uma Rússia democrática e parlamentarista. Pregava a responsabilidade do ministério perante o parlamento. *Partido Popular Socialista* (também denominado socialista populista) – separou-se do Partido Socialista Revolucionário quando da dissolução da primeira Duma em 1906, condenava o terrorismo. [...] *Partido Socialista Revolucionário* - fundado 1899, agrupou vários ex-militantes do antigo partido *Terra e Liberdade* e do grupo *A vontade do Povo*. Até 1914, estava representado na II Internacional. Pregava a expropriação dos capitalistas e uma organização socialista da economia e da sociedade, defendendo a unificação das diversas nacionalidades que compunham o Império russo numa federação democraticamente organizada e o reconhecimento a cada uma delas e do direito à autodeterminação. Além de pregar a luta de classes, manifesta a necessidade de a verdade e a justiça reinarem nas relações sociais. Adepto do terrorismo individual contra mentores do Estado czarista (os atentados e a morte de Alexandre II, do ministro Plehve e de Stolipin foram obra de militantes seus), combate o Partido Social-Democrata por criticar o terrorismo

individual e ser partidário da violência coletiva (a revolução). *Socialistas revolucionários de direita* – liderado por Savinkov e Argunov, seu órgão principal era diário *A vontade do povo*. Um dos articulistas deste jornal é Pitirim Sorokin, que após 1917 refugia-se nos EUA, onde faz carreira universitária e escreve *Teorias sociológicas contemporâneas* e *Os dilemas da sociologia*. A sra. Brechko-Brechovskai, considerada por todos “a avó da Revolução” fazia parte desse grupo. Juntaram-se a ele os trabalhistas *trudoviques* da tendência Kerenski. Defendiam a participação russa na Primeira Guerra Mundial até o seu fim, o esmagamento do militarismo prussiano e uma paz democrática. Tinha a Assembleia Constituinte como objetivo principal. *Socialistas Revolucionários de centro* – liderado por Tchernov, seu diário era *A Causa do Povo*. Era o grupo numericamente mais importante de todos. Em matéria de política exterior, estavam divididos. No processo da primeira Guerra Mundial, o líder Tchernov pregava a conclusão imediata e rápida de um tratado de paz, não importando por que meios, e a minoria liderada por Gotz pregava a *defesa nacional* da Rússia ante a Alemanha. Mas estavam de acordo num ponto: convocação imediata da Constituinte, com um governo eleito por ela. As eleições realizadas em fins de 1917 deram a esse grupo maioria absoluta. Rejeitavam a colaboração com partidos burgueses e o bolchevismo. *Socialistas revolucionários de esquerda* – liderado por Steinberg, Maria Spiridonova, Natanson. Muito próximo do bolchevismo, colaborou com ele durante a tomada do poder em 1917 e posteriormente. Responsável pelo Comissariado da Agricultura sob Lenin, essa colaboração, durante seis meses que durou, teve como resultado: publicação dos tratados secretos, anulação da dívida do Estado, publicação do decreto de socialização das terras e nacionalização dos bancos, separação entre Igreja e Estado, controle operário da produção e recusa da participação da guerra imperialista (1914-1918). Separaram-se dos bolcheviques por divergências quanto ao o tratado de Brest-Litovsk, entre Rússia e Alemanha. O partido cindiu-se oficialmente durante o IV congresso, em outubro de 1917. *Partido Social-Democrata* – fundado em 1898, teve seu programa definido em 1903, no II Congresso do partido. Entre seus fundadores e membros mais antigos figuram Plekhanov, Vera Zassulitch e Axelrod. Era um partido marxista com representação a II Internacional. [...] (p. 83-85) O Partido Social-Democrata dividia-se em duas correntes: a *bolchevique* e a *menchevique*. Num dos congressos do partido, as ideias de Lenin a respeito da estrutura partidária obtiveram vitória por dois votos. *Bolcheviques* – suas figuras fundamentais eram Lenin, Trotsky, Zinoviev, Lunatcharski, Kamenev, Radek. Editavam dois diários: *Pravda* (verdade) e *Izvestia* (Novidades). Paz imediata e revolução socialista mundial eram seus objetivos principais. No plano interno, implantação da ditadura do proletariado, dominação dos soviets e sindicatos e a dissolução da Constituinte. *Mencheviques* – dividiam-se em três grupos. Os de direita agrupavam-se em torno de Potressov e do jornal *Den* (O Dia); o grupo em torno de Tchkhidze e Tsereteli, internacionalista no início da Revolução, aproximou-se depois do primeiro; o grupo dos mencheviques internacionalistas, liderados por Martov, Martinov e Axelrod, editava o diário *Rabotchaia Gazeta* (Jornal dos Operários), discordava da visão leninista do partido político e de ditadura do proletariado, era pela Assembleia Constituinte, contra acordos com a burguesia e contra a transferência do poder aos soviets. *Os anarquistas* – assim chamados porque defendiam um regime socialista fundado na autogestão social dos meios de produção e de todas as instituições civis, lutavam pela organização federativa, tanto no plano interno, via conselhos de fábrica, como para integrar as diversas nacionalidades do Império russo. Criticavam como jacobina a ideia da ditadura revolucionária, argumentando que a ditadura iria absorver a revolução, já que para se realizar necessitaria de um quadro burocrático civil e militar. Afirmavam [que cabia] aos trabalhadores auto-organizarem-se e não entregarem as decisões vitais a um partido ou um Estado, mesmo que levasse o nome de “operário”. (p. 86)

3 O PROCESSO DA REVOLUÇÃO RUSSA. MAKHNO NA UCRÂNIA

A desintegração do exército czarista na Primeira Guerra Mundial deveu-se à insistência do primeiro ministro Kerenski, escolhido pelo sucessor de Nicolau II, o príncipe Lvov, em continuar a guerra contra a Alemanha na qual o soldado russo não via sentido algum. [...] Soldados se amotinando contra oficiais, marinheiros contra seus comandantes, operários contra patrões – esse era o quadro que a Rússia apresentava no período iniciado com a abdicação dos Romanov e terminando com a tomada do poder pelo partido de Lenin. (p. 88) O Palácio de Inverno caiu na noite de 25 de outubro de 1917, nas mãos do Partido Bolchevique sob direção de Lenin. Agora era preciso enfrentar, no plano interno, o problema da organização do trabalho nas fábricas e nos campos, além da sabotagem dos antigos técnicos que serviam ao antigo regime, e, no plano externo, a invasão da Rússia por tropas alemãs e tchecas e os movimentos de contrarrevolução, dirigidos por generais, que visavam restabelecer o czarismo. [...] E as relações dos soviets com o Partido Bolchevique e deste com o Estado? Enquanto no coração da Rússia, em Moscou e São Petersburgo esses problemas são urgentes e imediatos, desenvolve-se na Ucrânia uma revolução socialista cujos princípios fundam-se na auto-organização dos camponeses, na autogestão econômica e social e na formação de milícias para enfrentar generais czaristas que pretendiam na Ucrânia destruir a revolução socialista e restabelecer o antigo regime. Em 1917, os bolcheviques tomaram o poder, mas no sul da Rússia só trinfaram a 26 de novembro de 1920. É que na Ucrânia ocorrera uma revolução social conhecida como *maknovstchina*, liderada por um camponês, Nestor Makhno. Em março de 1917, em Guliai-Pole, Makhno reuniu os soldados libertários (anarquistas) que lá deixara quando fora condenado à prisão perpétua pelo czarismo. Fundou a União dos Camponeses de Guliai-Pole, para organizá-los contra o governo de Kerenski. Firmou o princípio de que nos meios camponeses não seria admitido nenhum político, pois, segundo ele, todos sempre procuraram impedir que os trabalhadores fizessem a *sua* revolução. No congresso de Alexandrovská, perto Guliai-Pole, Makhno enuncia que os camponeses não confiariam a obra revolucionária aos Comitês Comuns de Coalizão, manobrados por Kerenski. Foi o primeiro passo para desqualificar as autoridades constituídas e substituir o aparelho estatal pela organização livre dos camponeses. Nesse congresso, venceu a resolução de que a terra passasse às mãos dos camponeses *sem indenização*. [...] As terras dos grandes proprietários e dos pequenos (*kulaks*) foram recenseadas. Contra essas duas classes, organizaram-se no soviete dos operários e camponeses, na forma de um comitê, os *batraki* (empregados das fazendas), que podiam agora organizadamente lutar contra os fazendeiros por suas reivindicações. A partir de junho de 1917, sob inspiração desse movimento, os camponeses *deixaram de pagar arrendamento de terras* aos proprietários. A burguesia de Guliai-Pole fora desarmada. Makhno propôs aos camponeses a repartição das terras das igrejas, mosteiros e dos grandes latifúndios, para cuidarem da sementeira. [...] Em dezembro reúne-se o Congresso Departamental dos soviets de deputados camponeses em Ekaterinoslav, para o qual a região de Guliai-Pole designou Makhno e Miranov. Na cidade o poder estava dividido entre 4 ou 5 forças, entre as quais as de Kerenski e a da *Rada* ucraniana (monarquistas restauradores). Contra as críticas do anarcossindicalista Grinbaum, que aderira ao bolchevismo, e dos chauvinistas reacionários presentes, levantaram-se a Federação Anarquista de Ekaterinoslav, os marinheiros de Kronstadt lá presentes e os delegados anarquistas de Guliai-Pole. [...] O bolchevique Einstém proclama a necessidade de um Estado proletário para realização do projeto socialista; ouvindo isso, os camponeses passaram a exercitar-se na utilização de armas, convencidos de que os autoritários bolcheviques viriam tentar impor-lhes sua “autoridade” de armas na mão. [...] A 3 de janeiro de 1918, o comandante da Guarda Vermelha bolchevique, Bogdanov, dirige um

apelo aos operários e camponeses de Guliai-Pole, pedindo-lhes auxílio. Em resposta, centenas de anarquistas marcham para Alexandrovská, para reforçar a resistência à contrarrevolução, comandados por Sava Makhno, irmão de Nestor Makhno. [...] Fora constituída uma Comissão do Tribunal Revolucionário dos Guardas Vermelhos de Bogdanov. O comitê enviou dois representantes, Makhno e o bolchevista Mirgorodski. Receberam processos de presos para serem julgados. Makhno exigiu a presença dos presos – muitos eram generais, coronéis chefes de milícia e soldados da Rada. Eram contrarrevolucionários, porém inocentes dos crimes que lhes imputavam, pois não haviam tomado armas sequer contra os bolcheviques. Makhno pediu exame de cada caso e teve que lutar contra a disposição dos bolcheviques em fuzilar todos indiscriminadamente, mas salvando alguns de quem esperavam serviços futuros. Makhno recriminou esses bolcheviques que se proclamavam defensores da igualdade e da liberdade, mas as trocavam pelo privilégio do poder. [...] O Comitê Revolucionário resolve dar provas de que é revolucionário: intervém na vida local dos trabalhadores, expedindo ordens severas, verbalmente e por escrito. Lançou sobre a cidade o imposto de 18 milhões de rublos. Prendeu membros do Partido Socialista Revolucionário. Falou-se em criar um comissariado da prisão. Previra Makhno que mais cedo ou mais tarde haveria o rompimento com os bolcheviques e os socialistas revolucionários de esquerda, com hegemonia dos primeiros. O manobrismo político bolchevique na época era a perfeita ilustração do que Makhno chamara “a cozinha dos comitês centrais”. (p. 88-91) Com aprovação unânime do soviete local, Makhno obtém letras dos diretores do Banco da Rada existente em Guliai-Pole, sacando 250 mil rublos, para armar melhor a população. Iniciam-se trocas diretas de produtos. As cidades enviariam tecidos e os camponeses de Guliai-Pole enviaram em troca trigo e outros gêneros alimentícios. Em quinze dias firmaram-se contatos com as indústrias têxteis de Prokhorov e Morozov. Estabelecem-se relações com Moscou. Vários vagões de trigo foram enviados por Guliai-Pole as Moscou; o trem volta com tecidos, porém os funcionários o detêm, enviando-o ao centro de aprovisionamento de Alexandrovská, pois, segundo eles, não havia licença das autoridades soviéticas para tais trocas. [...] o Partido Bolchevique queria não só o monopólio da revolução, mas também do poder em seus vários níveis, para aniquilar uma revolução que seguia uma via autônoma. (p. 92) [...] Os bolcheviques não lutaram contra Denikin; esperavam que ele vencesse os anarquistas ucranianos para intervirem depois, destruindo-o. Porém o derrotado fora o exército de Denikin, composto de muitos soldados e bem armado. Querendo cooptar Makhno, os bolcheviques ofereceram-lhe grandes vantagens para ingressar no Exército Vermelho organizado por Trotsky. Começaram a louvá-lo e adulá-lo pela imprensa. Ele sentiu o perigo. Os bolcheviques não tolerariam a *makhnovstchina*. Insistiam em impor na região seus delegados, chefes da *Tcheka* (polícia política) e todo tipo de funcionários. Repelidos pelos camponeses, os bolcheviques lançaram mão da *calúnia como arma política*: Makhno tornou-se repentinamente contrarrevolucionário, bandido, agente dos *kulaks* (pequenos proprietários de terra) e inimigo número um da revolução. Ante isso, foi convocado o III Congresso Regional dos camponeses, soldados e operários a 10 de abril de 1919. O comandante da divisão do Exército Vermelho, Dibenko, declarou *fora da lei* a realização do Congresso e *contrarrevolucionários* seus participantes. Após a derrota do general czarista Wrangel, os bolcheviques, rompendo acordo formal com as forças de Makhno que participaram dessa luta, metralham das alturas do istmo de Perekop o exército makhnovista que regressava vitorioso pela estreita faixa entre a montanha e o mar. (p. 93-94).

LENIN EM MOSCOU

Estabelecera-se o regime de Lenin-Trotsky. A aliança deles deu-se no processo da Revolução, quando Lenin abandona a tese da *ditadura democrática de operários e*

camponeses, [e passa a defender a tese de Trotsky] de que a revolução democrático-burguesa seria realizada com o proletariado no poder, devendo unir-se ao proletariado ocidental. [...] Após a tomada do poder pelos bolcheviques, sobrevém um período de guerra civil. Os camponeses tomam as terras e os operários ocupam as fábricas, pois muitos empresários fugiram. A Revolução de 1917 pôs fim à supremacia política da burguesia, eliminando sua base econômica, a propriedade privada dos meios de produção, e mudado o sistema de propriedade existente. Porém *não* teve suficiente força para alterar as relações de produção autoritárias que caracterizam uma sociedade em classes. Que forças se opunham a uma transformação radical do mundo do trabalho? Mais que todas, evidentemente a burguesia. A perspectiva da gestão operária da produção não só colocava em jogo sua propriedade dos meios de produção como também a possibilidade de conservar *posições privilegiadas*, mascaradas sob *competência técnica*, cargos que mantivessem poder decisório. Isso explica por que setores da burguesia suspiraram aliviados quando verificaram que o governo soviético pretendia nacionalizar (estatizar) os meios de produção, deixando intata a *hierarquia dentro da fábrica*, a separação entre dirigentes e dirigidos. Milhares de indivíduos ligados à classe expropriada voltaram a desempenhar papel de mando como diretores de fábrica do “Estado operário”. Incorporaram-se ao partido para legitimar sua volta a posições dominantes nas relações de produção. [...] Ao mesmo tempo, o Congresso do PC aprovava a direção unipessoal na indústria. (p. 94-95) [...] enquanto isso o bolchevismo ligava à direção unipessoal da empresa, por um administrador nomeado pelo Estado, a utilização do *método de Taylor* de organização do trabalho e o pagamento por produtividade individual. Enfatizava o estudo e o emprego do que na sua opinião, havia de científico no taylorismo. Os bolcheviques não percebiam que, com a importação do taylorismo, importavam também seu conteúdo repressivo: o desconhecimento do sujeito e sua negação. (p. 96) Os proletários perderam a gestão das fábricas; em troca, Lenin ofereceu-lhes o direito de greve! Como se tivessem feito a Revolução Russa para conquistar algo tão limitado! É muito difícil que os termos *administração científica* (Taylor) e *proletariado* andem próximos, pois a ciência foi desenvolvida pela classe dominante e em seu benefício, compatível com sua dominação. Para definir o que é científico, a sociedade capitalista nomeia como tal os conhecimentos e capacidades suscetíveis de sistematização e incorporação na cultura acadêmica dominante, considerando não científicos conhecimentos que pertençam a uma cultura popular. Quando os técnicos de organização do trabalho dividem-no, a ponto de extenuar o trabalho, dir-se-á que tal divisão é científica. Quando os trabalhadores se auto-organizam para produzir, isso é considerado anticientífico. [...] Por outro lado, a hierarquia na produção e na sociedade só pode ser reproduzida se o conhecimento continuar sendo monopólio de “especialistas”. [...] Tudo isso constitui uma tentativa infantil de instituir o comunismo por decreto. Onde se deve falar em *criar*, os bolcheviques falam em *prescrever*. (p. 97) [...] O que a Oposição Operária criticava acerbamente era o fato de o partido não apelar aos trabalhadores urbanos e rurais, de não favorecer sua organização a partir do local de trabalho para resolver os problemas que se colocavam, mas recorrer aos “especialistas” burgueses. Abriu-se uma brecha entre o bolchevismo e o proletariado. [...] Os problemas não são resolvidos pela *ação direta* das classes ou grupos interessados, mas a decisão é tomada a partir do topo, por uma pessoa ou um comitê reduzidíssimo com *ausência* completa dos interessados. É o que argumentava Rosa Luxemburgo, criticando os bolcheviques quando pretendiam implantar o socialismo por decreto. Mostrava ela que, ao passo que a dominação do capitalismo se funda na *ignorância* das grandes massas, a construção do socialismo pressupõe maior iniciativa, liberdade de pensamento e ações dessas massas, pois é o caminho para elevação do seu nível de consciência política. (p. 98-99) Enquanto essas discussões se davam no interior do partido, os marinheiros da base naval de Kronstadt

[...] revoltam-se contra o governo central de Moscou. A insurreição de Kronstadt iniciou-se a 3 de março de 1921 e terminou a 16 de março do mesmo ano.

KRONSTADT: A REVOLUÇÃO NA REVOLUÇÃO

Os marinheiros de Kronstadt criticavam a formação de uma nova burocracia, a quem chamavam de *comissocracia*, e também a estatização dos sindicatos. Inúmeros membros do Partido Bolchevique que residiam em Kronstadt pediram publicamente a demissão do partido, aceitando a crítica dos marinheiros ao governo soviético. Kronstadt mesmo se auto denomina a “Terceira Revolução Russa”. [...] A posição de Kronstadt de confiar aos sindicatos tarefas importantes não é ideia exclusivamente anarquista, pois os socialistas revolucionários de esquerda e os membros da Oposição Operária também defendiam. Ela traduzia o consenso daqueles que pretendiam salvar a Revolução pela democracia operária, opondo-se à ditadura do proletariado do partido único. (p 102) [...] *Lenin* – Liga a insurreição de Kronstadt ao elemento camponês pressionando o governo soviético. Denuncia a presença em Kronstadt de mencheviques, socialistas revolucionários e outros antibolcheviques. Atribui a direção da rebelião a um general czarista, Koslovski. Acusa Kronstadt de receber recursos do capital financeiro internacional, como tentativa de deslocamento do poder em proveito dos empresários urbanos e agrários. A argumentação de *Trotsky* caminha no mesmo sentido que a de *Lenin*. [...] No real, o proletário russo perdera o controle das fábricas, dirigidas por delegados do Estado, a insurreição camponesa autogestionária da Ucrânia, que derrotara os generais Denikin e Wrangel, foi contida pelo Exército Vermelho, e a insurreição de Kronstadt, que definia um programa de objetivos socialistas e libertários, foi selvagemmente reprimida pelo bolchevismo. A repressão fora dirigida pelo general Tukatchevski, posteriormente fuzilado como “traidor” da Revolução por Stalin, nos célebres Processos de Moscou (1936-1938). Diga-se de passagem, nesses processos Stalin fuzilaria todo o Comitê Central de Lenin. (p. 103-104)

A QUESTÃO SINDICAL

A questão sindical dividirá o Partido Bolchevique em duas tendências, expressas através da plataforma dos Dez, obra de Lenin, Zinoviev, Tolski, Kalinin, Losovski, Kamenev e Stalin, e da Plataforma de Trotsky e Bukharin. O primeiro documento atribuía inúmeras funções ao sindicato: sob o Estado socialista, deve ele concentrar seus esforços na organização da economia, no recenseamento e repartição da força de trabalho, lutar contra a sabotagem industrial e zelar pela aplicação do trabalho obrigatório para todos. As tarefas do sindicato são econômicas e educacionais; sua realização pelo sindicato não deve se dar isoladamente, *mas enquanto aparelho fundamental do Estado soviético dirigido pelo Partido Comunista*. Devem os sindicatos se transformar em órgãos de *sustentação* de Estado proletário. (p 104) A Plataforma de Trotsky e Bukharin ao X congresso do partido, além de copiar a Plataforma dos Dez no que se refere ao sindicato como escola de comunismo e organização disciplinador, no seu item 10 prega a *estatização dos sindicatos*, pois, segundo Trotsky, *isso permitiria às massas laboriosas compreenderem o caráter socialista do trabalho sob controle sindical*. (p. 106) [...] Essas duas plataformas motivaram reação enérgica da Oposição Operária. [...] A Plataforma dos Dez acentua a função *educativa* do sindicato, como escola do comunismo. Trata-se então de formar *operários pedagogos* e não sindicalistas combativos. No entanto, o “aluno” não tem espaço para mostrar sua criatividade. Estranha pedagogia, essa. [...] A Oposição Operária coloca uma questão fundamental: a construção do comunismo será feita pela burocracia ou por iniciativa das massas? (p 107) [...] Não somente a iniciativa das massas sem partido foi bloqueada, mas até mesmo a das massas pertencentes ao próprio Partido Comunista. Queixa-se a Oposição Operária de que qualquer iniciativa

independente, qualquer pensamento novo que nunca passou pela censura dos órgãos dirigentes, são considerados *heresia, violação* da disciplina do partido, *atentado* às autoridades centrais que tudo devem prever e prescrever. [...] Que iniciativa é possível sem liberdade de opinião e pensamento? – Perguntam os membros da Oposição Operária, como perguntaram os camponeses de Makhno na Ucrânia e os marinheiros de Kronstadt, todos reprimidos pelos bolcheviques. [...] Porém uma questão se coloca nessa crítica da Oposição à burocracia e no remédio apontado acima: como manter liberdade interna no partido se no plano *externo* existe a ditadura do *partido único* em nome do proletariado?” (p. 108). [...] O problema é mais amplo e profundo. [...] Isso nos leva a discutir o papel dos soviets na construção de uma sociedade socialista e sua compatibilidade com a existência de uma ditadura exercida por um partido. (p.109)

OS SOVIETES

Os soviets (conselhos) surgem como órgãos revolucionários que representam as classes proletárias urbanas ou rurais e sua estrutura organizatória toma a direção de uma *democracia direta*, tendo em vista atingir seu objetivo: uma transformação estrutural da sociedade. A forma *conselho* historicamente aparece diferenciada: por *movimento de conselhos*, entende-se o fenômeno concreto político-social, podendo acompanhar-se sua origem, influência político-social e o processo histórico de sua atuação: por *filosofia dos conselhos*, entende-se seu ideário, as noções teóricas que se articulam com o movimento dos conselhos: por fim, pode aparecer um *sistema de conselhos*, na forma de soviets estatais, como ocorreu na Revolução Russa. Assim, a forma *conselho* pode tomar conteúdos históricos diferentes, dependentes do momento histórico-social em que se dá – assim as *idades comunais* da Idade Média, os cantões camponeses na Suíça, as primitivas estrutura municipais norte-americanas, a Comuna de Paris de 1871 e os soviets russos em 1905. Seus teóricos mais importantes são Max Adler e Anton Pannekoek. (Outra forma específica de conselho é representada pelos *comitês de fábrica*.) (p. 109) Cria-se uma dualidade de poder: de um lado, soviets, partidos e sindicatos numa frente, de outro lado, o Estado. O soviete que surgiu em São Petersburgo foi consequência de um grande movimento grevista, ocorrido em 1905, em outubro. O soviete que se instala a 27 de fevereiro de 1917, no Palácio Taurida, em Petrogrado, já é fruto de um processo revolucionário que atinge o exército, as fábricas e os campos. As greves começaram por reivindicações estritamente econômicas e rapidamente atingiam o caráter de greves de massa ou greves gerais com *objetivos políticos*. Isso explica por que foi a Rússia que produziu a primeira e exemplar tentativa histórica de massa, como o notara já na época Rosa Luxemburgo. [...] o *movimento operário* soube emergir rapidamente, *apesar* de sua fraqueza numérica, como força motriz de toda a corrente de oposição. A capacidade de auto-organização das massas operárias e camponesas russas com a criação dos soviets, instituição essa que surgia espontaneamente da massa como forma de organização, mostra que *espontaneidade* na origem dos movimentos e na criação de novas instituições não implica desorganização. Ao contrário, espontaneidade e organização são características das ações das massas populares há muitos anos. Só aqueles que pretendem *controlar, dirigir e domesticar* esses movimentos sociais é que contrapõem espontaneísmo a organização. [...] Trotsky, na sua obra *1905*, reconhece esse fato ao admitir que os soviets eram a resposta das massas a uma situação em que elas precisavam organizar-se sem contar com a *tradição* operária anterior, sem se sujeitar aos freios de uma organização, fazendo convergir as diversas tendências revolucionárias com base na mais ampla representação. O soviete contava com o decidido apoio dos trabalhadores, sem reverência alguma a partido ou autoridades carismáticas. (p. 110-111) Lenin opõe-se à criação e difusão dos soviets. Crê que só uma insurreição revolucionária poderia criá-los, emanando não da consulta aos interessados – trabalhadores rurais e urbanos – mas de *partidos que dirigiam a*

insurreição. [...] Portanto, ele é hostil aos soviets em 1905. O soviete de São Petersburgo, que dura 90 dias, reúne delegados de empresas, na base de um delegado para quinhentos assalariados, e atua como o verdadeiro governo da cidade, imprimindo seu jornal oficial, repudiando os empréstimos governamentais, instaurando a jornada de oito horas de trabalho, criando suas milícias armadas. Os *partidos políticos*, todos, assistem às suas reuniões com função meramente *consultiva*. Em 1915, Lenin muda sua atitude diante dos soviets, considerando-os agora órgãos do poder revolucionário. (p. 112) Lenin, nas suas *Teses de abril*, prega abertamente “Todo poder aos soviets”, convencido de que estes desenvolveriam mais intensamente as iniciativas populares e criticando aqueles que não compreendiam o significado dos soviets, de representarem um tipo de poder como o da Comuna de Paris. Autogestão em ação. Porém, o sentido dos soviets muda após a tomada do poder pelo partido. [...] Na medida em que Lenin englobava como contrarrevolucionários todos os partidos, menos o seu, logicamente, somente o Partido Bolchevique e os socialistas revolucionários de esquerda podiam participar das eleições. A prisão dos delegados ao soviete que eram mencheviques ou socialistas revolucionários e sua expulsão do Comitê Executivo são aplicações da teoria leninista em relação a outros partidos, mesmo os de esquerda. (p. 113)

A DITADURA DO PROLETARIADO

A ditadura do proletariado é um dos conceitos centrais operacionalizados por Lenin no transcurso da Revolução Russa, tendo como fonte doutrinária direta Marx e indireta a ação dos jacobinos (adeptos de Robespierre) durante a Revolução Francesa. [...] O que significa a ditadura? É uma certa forma de tomada do poder de Estado, é o Estado submetido ao *estado de sítio*. Os defensores da ditadura, como quaisquer partidários do Estado, pretendem impor ao povo sua vontade em nome da “transição” do capitalismo ao socialismo. Essa concepção é o maior inimigo da revolução social, na medida em que a *participação* construtiva e direta das massas é bloqueada, controlada, supervisionada. Está vinculada à ideologia da ignorância das massas e de sua incapacidade congênita em formular um projeto político-social. Foram os jacobinos pequeno-burgueses que legaram aos adeptos do *socialismo estatal* a noção de ditadura. Os jacobinos não só proibiram qualquer greve – no processo da Revolução Francesa de 1789 – como também os organizadores de qualquer associação operária sofriam a aplicação da pena de morte. (p. 114) [...] No *Manifesto comunista*, Marx explica que a ditadura do proletariado é igual à conquista da *democracia*. Antes da Revolução de 1848 ele define a dominação política do proletariado como resultado do surgimento de um regime democrático fundado no sufrágio universal. As decepções com o esmagamento das revoluções de 1848 levam-no a se aproximar de *Blanqui*. Em 1850, ele pondera que Blanqui concebe a ditadura do proletariado como a transição necessária para a supressão das classes em geral. Em 1871, Marx, que jamais definiria seu conceito de ditadura centralizada, escreve *A guerra civil em França*, em que faz a defesa da Comuna de Paris, considerando-a a realização da noção de ditadura do proletariado. Vinte anos depois, Engels irá declarar num Congresso da Social-Democracia Alemã que a forma específica de ditadura do proletariado é a *república democrática una e indivisível*. Em Marx, a noção de ditadura do proletariado toma as formas políticas mais diversificadas – da conquista de democracia no *Manifesto comunista* à ditadura centralizada de Blanqui e à forma de organização da Comuna de Paris como modelo histórico. Lenin, durante a Revolução de 1905, com sua *tradição jacobina*, defende a ideia da *ditadura democrática dos operários e camponeses* (lembremo-nos de que na sua obra *Que fazer?* de 1902, define o social-democrata como jacobino ligado ao proletariado). Essa ditadura democrática seria apoiada por uma Assembleia Constituinte, uma reedição da Convenção da Revolução Francesa. Trotsky defenderá a tática da *revolução permanente* de Blanqui e Marx, na qual os comitês de greve e soviets seriam os órgãos da ditadura

revolucionária. Em 1917, Lenin adota a teoria da revolução permanente e utiliza os soviets contra o Estado centralizado dos liberais. Justificativa essa nova posição a sua obra *O Estado e a Revolução*. Porém, após a tomada do poder pelo partido, os soviets são “depurados” pela *Tcheka*; isolados e dispersos, são suplantados pelo partido centralizado. A guerra civil favorecerá essa centralização. Isso levará à ditadura do partido *sobre* o proletariado, ou, como escreveria Trotsky em 1904, no seu livro *Nossas tarefas políticas*, quando oscilava entre a adesão aos mencheviques ou aos bolcheviques: “No esquema de Lenin, o Partido *substitui* a classe, o Comitê Central *substitui* o partido e o Secretário-Geral *substitui* o Comitê Central”. Foi o que se deu. (p. 114- 116)

A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Em novembro de 1917, Lenin dissolve a Assembleia Constituinte. Até essa data ele atacara furiosamente o primeiro-ministro Kerensky por postergar sua convocação e o próprio Trotsky considerava que o Outubro do partido, quando este tomara o poder, seria a salvação da Assembleia. O próprio partido não manifestava grande entusiasmo pelo golpe de Estado de Outubro; sem Lenin ou Trotsky, ele continuaria a esperar uma Constituinte para atuar como oposição de esquerda. O congresso dos soviets concedera ao governo um mandato *provisório* até a convocação da Constituinte. [...] No plano interno, fora criada a polícia secreta (*Tcheka*). Lenin não submete seus decretos ao Comitê Central Executivo, ante o qual teria que prestar contas. Apela à iniciativa dos soviets, mas impede que eles controlem os delegados que elegeram. Após o golpe de Estado de Outubro, quer organizar a Assembleia Constituinte com base em eleições, mudando as listas eleitorais. Ele redige o decreto que condena à pena de morte os desertores, extensiva aos civis. [...] Como é possível existir uma Assembleia Constituinte controlando os atos do Poder Executivo se ele próprio não tolera a intervenção do Comitê Executivo dos soviets? Votam 36 milhões de eleitores; os bolcheviques obtêm 25% da votação, os socialistas revolucionários 58%, os mencheviques 4% e os liberais 13%. [...] Certos militantes socialistas revolucionários propuseram a Lenin a criação de uma Convenção, unindo os partidos soviéticos da Constituinte ao Comitê Central Executivo. Ele recusa; preferirá um “sovietismo domesticado”. [...] Ao dissolver a Constituinte, Lenin agira nos termos de Blanqui: primeiro extirpar as más ervas burguesas e monárquicas. [...] Se a Constituinte foi convocada antes de 1918, caberia convocar outra, depois, que refletisse a nova realidade. Porém, o desprezo que os bolcheviques revelaram por eleições gerais após uma revolução mostra até que ponto minimizavam a influência, sobre os corpos representativos, do *movimento real da sociedade*.

A REVOLUÇÃO E O PROBLEMA NACIONAL E COLONIAL

Um dos temas cruciais colocados pela Revolução Russa de 1917 foi a realização da autodeterminação nacional nos quadros do antigo Império russo, transformado em República Socialista Soviética. Porém, bem antes da eclosão da Revolução Russa, o problema nacional estava vinculado ao colonial. Assim, no *Congresso Socialista de Amsterdã*, realizado entre os dias 14 e 20 de agosto de 1904, o relatório do socialista holandês Van Kol [...] sustenta que mesmo a sociedade socialista do futuro deverá ter *sua* política colonial, regulando as relações dos países que atingiram uma posição superior na evolução econômica com aqueles países retardatários. [...] no Congresso Socialistas de Stuttgart (1907) o socialista alemão David, [salientou] que a Europa necessita de colônias, pois não as tem em suficiente número. E conclui observando que a Europa sem colônias poderá regredir, do ponto de vista econômico, à situação da China. [...] A questão nacional, isto é, do Estado nacional e sua independência, liga-se à revolução democrático-burguesa – aquele que elimina os obstáculos ao livre

desenvolvimento do capitalismo e das formas burguesas de propriedade, unifica economicamente o país através do mercado nacional, reestrutura o setor agrário com introdução do capitalismo no campo, elimina o absolutismo através da reforma do aparelho de Estado, garante o sufrágio universal e o constitucionalismo, com os direitos do cidadão definidos por lei. Num país como a Rússia, onde a dominação dos chamados *grandes russos* é exercida sobre inúmeras populações periféricas do Império, Lenin prega o direito da autodeterminação nacional. Lenin vê no movimento nacional burguês de uma nação oprimida um conteúdo democrático que deve ser apoiado. [...] Para ele a classe operária não deve cultivar o fetiche do nacionalismo, mas apoiar os movimentos nacionais no que têm de progressivo [...] Lenin resume seu ponto de vista a respeito da questão nacional: igualdade de todas as nações, liberdade de disporem de si próprias e união dos trabalhadores de todas as nações. O que colocou o problema nacional na ordem do dia na Revolução Russa foram as consequências da penetração capitalista no Império Russo, que espalhou os *russos* por todo o império. [...] A maioria das nacionalidades alógenas é favorável a uma República Federal. Adeptas da autodeterminação nacional, reivindicam autonomia tanto interna quanto externa. [...] No que se refere às nacionalidades pertencentes ao Império russo, Lenin estabelece tratados bilaterais com cada Estado nacional logo após seu reconhecimento. Pouco a pouco, esses Estados perdem sua autonomia, sua força militar e diplomacia independente. Na Ucrânia e na Geórgia isso se dá em 1924. Na *Polônia* ocorre o mesmo. [...] Contudo, a realização dessa autodeterminação nacional num país dividido em classes, na prática, levará à *autodeterminação da classe dominante, em nome da nação*; esse é o sentido da crítica que Rosa Luxemburgo faz a Lenin, ao definir essa palavra de ordem como pequeno-burguesa. As classes estão *ausentes* nessa palavra de ordem. A prova de que ela tinha razão aparece com o exemplo finlandês. Na verdade, todas as revoluções burguesas ocidentais mostram isso com clareza.

O PARTIDO

É impossível entender a Revolução Russa sem entender as funções preenchidas pelo Partido Bolchevique, a teoria e a prática do chamado *centralismo democrático*, considerado por Lenin como forma suprema de organização proletária. As revoluções que procuram mudar as relações de propriedade e não somente as pessoas que governam, instaurando um *novo modo de produção*, não são feitas por partidos, grupos ou quadros, mas resultam das contradições sociais que mobilizam amplos setores da população. [...] O que emergia da Revolução Russa era a esperança de se construir uma nova sociedade. No entanto, substituiu-se o czarismo pelo *capitalismo de Estado*. [...] O teórico dessa tendência foi o economista Preobrajensky, que em 1903 aderiu ao bolchevismo e contava 31 anos na época da Revolução de Outubro. Membro do Comitê Central do partido em 1920. [...] Com a fusão entre a economia de Estado e o poder de Estado, as empresas “socialistas” podem enfrentar a indústria capitalista europeia. As propostas de Preobrajensky implicam uma industrialização acelerada que significa um *enorme desenvolvimento da economia de Estado e, portanto, o reforço dos aparelhos de partido*. Esse partido tende a frear o curso dos acontecimentos, pois está *estruturado hierarquicamente*, refletindo assim a própria sociedade a que pretende se opor. Apesar das suas pretensões revolucionárias, é um órgão burguês, na medida em que é um Estado em miniatura, cuja finalidade é *tomar o poder, não destruí-lo*. Assimila as formas técnicas e a mentalidade da burocracia. Seus membros são educados para a *obediência*, para aderirem a um *dogma rígido* [...] baseia-se em costumes gerados pelo mando, pelo autoritarismo e pela manipulação. [...] Na medida em que o partido adquire imóveis, meios de propaganda, cadeia de jornais, revistas, cria seus *intelectuais orgânicos* que acostumados a exporem sempre as decisões do Comitê Central como ideias correntes, recusam-se a aceitar as novas ideias que possam surgir, seja na área do

marxismo ou fora dele. Sem o perceber, tornam-se conservadores. Por outro lado, como os órgãos de comunicação em que esses intelectuais prestam serviço são rigidamente controlados, para manterem o emprego é muito *mais seguro* fundamentar o que escrevem na *última decisão do Comitê Central do Partido*, do que se aventurar a tirarem *interpretações pessoais*, mesmo fundados em Marx ou Lenin. Isso ocorre especialmente onde o partido e o Estado estão imbricados, como no caso da URSS e dos países do Leste europeu. (p.128) [...] Quanto mais nos aproximamos do nível onde são tomadas as decisões reais, mais verificamos o caráter conservador do processo de elaboração decisória. Quanto mais burocrático e alheios são os fatores que influenciam a decisão, tanto mais são levados em conta *problemas de prestígio*, e as posições *alcançadas* estão acima da dedicação desinteressada à revolução social. O partido, quanto mais busca eficiência na hierarquia, nos quadros e na centralização, torna-se menos eficiente do ponto de vista revolucionário. O partido será eficiente no moldar a sociedade à sua imagem hierárquica, caso a revolução triunfe. Cria a burocracia, a centralização e o Estado. É um alento para as condições sociais que justificam este tipo de sociedade. Por isso, em vez de progressivamente desaparecer, o Estado controlado pelo “glorioso” partido preserva as condições essenciais que necessitam da existência de um Estado e de um partido para mantê-lo. Em época de repressão, esse tipo de partido é altamente vulnerável. Basta deter a direção do partido para destruir todo o movimento. Com os líderes presos ou escondidos, o partido paralisa-se, pois seus filiados, sem ter a quem obedecer, dispersam-se. Entre 1904 e 1917, o Partido Bolchevique escapou a isso, porque sendo ilegal era constantemente destruído e reconstruído. Encontrava-se minado por facções, proibidas após a rebelião Kronstadt. Com essa proibição e o exercício do poder, o Partido Bolchevique transformou-se numa máquina centralista, burocrática e hierárquica, além de cultivar o “liderismo”. Segundo um líder sindical operário da época, Ossinski, que pertencia à Oposição Operária, o partido *não* coordenou a revolução e *nem* a dirigiu, simplesmente a dominou. [...] A pluralidade de partidos que se atribuem o título de “partidos da classe operária” demonstra, por simples dedução lógica, que não *existe nenhum* partido da classe trabalhadora. Isto é, para tais grupos, o grande problema é ideológico. Mas, na realidade, todos os partidos carismáticos (que cultivam o liderismo) *desconfiam* profundamente da classe operária. Quando se perguntavam a Lenin e Trotsky por que os conselhos e sindicatos não exerciam o poder controlados pelos trabalhadores, que através de assembleias podiam nomear ou demitir os que não estão na lutando pelos seus interesses de classe, a resposta era uma risada sarcástica. [...] Esses partidos, especialmente o bolchevique, cultivaram a *ideologia da nulidade operária*, considerando os trabalhadores mera força de trabalho que têm que ser “dirigidos”, “organizados” pelo partido. O socialismo de dirigentes e dirigidos não é socialismo, mas autoritarismo burocrático. [...] Por que o Exército Vermelho comandado por Trotsky destruiu a comuna de Kronstadt e porque as milícias makhnovistas, após derrotar os generais czaristas na Ucrânia, foram atacadas à traição e dizimadas pelo Exército Vermelho? Porque é inerente a qualquer poder vertical, burocrático, tender a crescer e dominar a sociedade através do partido. Quando o próprio trabalhador dirige *sua* luta, através de sovietes livres, conselhos de usina, grupos e comissões de fábricas, ele *deixa de obedecer cegamente* ao Comitê Central do Partido. Assim sucedeu na Comuna de Paris, na Revolução Russa de 1917, na Revolução Alemã de 1918 e na Revolução Espanhola de 1936-39. [...] O operário é *revolucionário* não por ter lido Marx ou Engels, mas quando pensa por si mesmo e aprende através de sua integração em organizações *autônomas* de classe, não tuteladas por um partido ou Estado. Como pode um estado que se autointitule “operário” ou “socialista” libertar o operário e os trabalhadores em geral, se ele mesmo está *fora* do controle destes? Assim, *delegar* poder é perder poder. A representação só tem sentido quando os representantes controlam os representados. (p. 126-131).

4 CONCLUSÃO

Na medida em que esses dirigentes do partido e do Estado, embora não disponham individualmente dos meios de produção, pelos órgãos citados dispõem “coletivamente” dos meios de produção, o poder *da burguesia de Estado* é o resultado último da Revolução Russa. É bem verdade que o caminho da Revolução Russa nessa direção não foi linear. [...] A rebelião de Kronstadt, reivindicando soviets sem o controle do partido e liberdade ao camponês para produzir sem assalariados e vender seus produtos nos centros urbanos, fora um aviso de crise. [...] A NEP (Nova Política Econômica) de Lenin foi a resposta: chamara ele o regime de “capitalismo de Estado”, com as empresas e todas as organizações de massa ou profissionais atreladas ao Estado. [...] A URSS conhece uma política de industrialização a todo vapor, com base na organização taylorista do trabalho, o que levou Stálin a definir o bolchevismo como a união do espírito revolucionário russo com o espírito prático norte-americano. É antiga a confusão existente entre relações sociais de produção e aquilo que é apenas expressão jurídica dessas relações, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção. Isso leva a equívocos graves. Leva a achar que socialismo significaria apenas suprimir a propriedade privada dos meios de produção, através da tomada do poder político do Estado por um partido [...] Essa concepção esquece que as relações sociais de produção não se limitam à propriedade jurídica dos meios de produção. Além da exploração possibilitada pela *propriedade privada ou estatal* dos meios de produção, essas relações compreendem também a *opressão*: o modo como a divisão do trabalho provoca a *concorrência* entre trabalhadores, o modo da *extorsão* do saber, do tempo livre e do poder de decisão do trabalhador. As relações sociais a serem suprimidas não se restringem à propriedade privada dos meios de produção, como o fizeram os bolcheviques na Revolução Russa. Tanto na URSS como em outros países do Leste europeu que seguem o mesmo modelo, continuam a existir: a relação empregado-empregador, agora entre o Estado e *seus* assalariados, devido ao fato de a propriedade privada dos meios de produção ter passado ao Estado (e não aos trabalhadores autonomamente organizados); uma divisão do trabalho que conserva a hierarquia e as regras do sistema mercantil, favorecendo também a concorrência entre trabalhadores através da “emulação”; a dominação da autoridade de um saber por uma burocracia [...] e também a oposição entre trabalho intelectual e manual, com supervalorização do primeiro, como se na execução e planejamento do segundo a inteligência inexistisse. Assim como a repressão de Robespierre contra os *enragés* (radicais) na Revolução Francesa abriu caminho a Napoleão Bonaparte, a repressão de Lenin e Trotski a Makhno e a Kronstadt, bem como o atrelamento dos sindicatos ao Estado e o controle das fábricas por administradores nomeados pelo mesmo, abriram caminho à ditadura bonapartista de Stálin. Sob Stálin, a URSS aprofunda o caminho rumo ao capitalismo de Estado: uma burguesia de Estado aliada à tecnocracia fala *em nome* do proletariado. Em 1945, a URSS avança sobre o Leste europeu e o mesmo sistema de partido e Estado é instituído. [...] Felizmente Marx morreu a tempo. Assim não pôde assistir à repressão aos operários de Berlim oriental, Hungria, Checoslováquia e Polônia; caso contrário, iria denunciá-la ao proletariado mundial como fizera com a repressão na Comuna de Paris em sua obra *A guerra civil na França*. Disso temos certeza. Ele não é responsável pelos que os automeados “marxistas” fazem em seu nome.” (p. 133 -137).